

Diretor de escola cobra a mais e é preso

O diretor do colégio Minas Gerais, José Pio de Abreu, e seu filho, Antônio César de Abreu, foram presos ontem em flagrante pela Polícia Federal. Eles desrespeitaram a liminar da 3ª Vara da Justiça Federal, que acabou com o sistema da liberdade vigiada para o reajuste das mensalidades, e deu competência aos Conselhos Estaduais de Educação para fixar os índices de aumentos dos preços escolares. O diretor e o filho são acusados de cobrar preços acima do total estabelecido pelo Conselho de Educação do DF.

Na última sexta-feira a Polícia Federal instaurou inquérito atendendo a pedido do procurador da República, João Batista Almeida, para apurar denúncias de descumprimento da liminar da 3ª Vara da Justiça Federal pelo diretor do Minas Gerais. Ele ainda não havia sido intimado a depor, quando foi preso em flagrante, por volta das 9h da manhã de ontem.

Nesse momento o Minas Gerais cobrava a mensalidade do mês de setembro da mãe de um aluno da 2ª série do primeiro grau, que a polícia preferiu não identificar. Agentes que realizavam uma diligência na escola presenciaram a cobrança, constatando o desrespeito à liminar. A mãe do aluno pagou NCz\$ 247,30 pela mensalidade de setembro, quando o preço fixado pelo Conselho de Educação é de NCz\$ 189,70, informou o assessor de imprensa da Polícia Federal, Clóvis Venutto.

Segundo Venutto, a escola ainda cobrou NCz\$ 59,35 de multa pela mensalidade vencida. Isso apesar de a tesouraria do colégio ter sido fechada pelo diretor no mês de setembro. O fechamento da tesouraria foi considerado "uma atitude concreta para não cumprir a liminar" pelo procurador da República, João Batista de Almeida, ao encaminhar o pedido de abertura de inquérito a Polícia Federal.

José Pio de Abreu não se intimidou quando chegou a Superintendência da Polícia Federal, e recebeu voz de prisão do delegado Evangelista Vieira da Silva. Antes de ser detido disse aos repórteres que continuará cobrando as mensalidades de acordo com os custos totais da escola, ou seja, conforme determina a Portaria 140 do Ministério da Fazenda. A Portaria estabeleceu o regime da liberdade vigiada para as escolas reajustarem seus preços, mas foi revogada para liminar do juiz da 3ª Vara da Justiça Federal, Fagundes de Deus.

O diretor alegou que o Conselho de Educação errou ao fixar os preços para o Minas Gerais. Em seguida propôs uma reunião entre "os ór-

gãos interessados pela questão", citando os ministérios da Fazenda e da Educação, e o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF (Sinepe) para definir uma política para o reajuste das mensalidades.

Às 17h, oito horas após o flagrante, José Pio e o filho permaneciam detidos na Superintendência da Polícia Federal, sem ainda ter sido ouvidos. Segundo Venutto, a prisão só seria relaxada 24h após o flagrante, ou seja, às 9h da manhã de hoje. Depois de prestar depoimento, o diretor e o filho poderiam ser liberados, se pagassem fiança no valor de um a cinco salários mínimos de referência, o que equivale a multas que variam de NCz\$ 146,59 a NCz\$ 732,95.

No dia 29 do último mês de setembro o diretor do colégio Minas Gerais recebeu um grupo de pais de alunos interessados em pagar a mensalidade de setembro de acordo com o total fixado pelo Conselho de Educação do DF. Eles representavam 140 dos 800 estudantes da escola. A tesouraria já estava fechada, e José Pio recusou-se a receber o dinheiro, que os pais prometeram depositar em juízo.

Naquela ocasião José Pio informou ter fechado a tesouraria, aguardando decisão do Sinepe sobre o procedimento que seria adotado pelas escolas particulares de Brasília para a cobrança das mensalidades. O diretor não levou em consideração que já estava em vigor a liminar da 3ª Vara da Justiça Federal, afirmando que uma decisão judicial "pode ou não ser acatada, isso depende de cada um".

Pais de alunos mostravam na escola cartões dos meses de agosto e setembro, com preços mais altos que os valores fixados pelo Conselho de Educação do DF. A mãe de uma aluna do maternal, que não quis ser identificada temendo represálias, mostrou que a escola cobrou NCz\$ 217,17 em agosto, e NCz\$ 288,28 em setembro. Conforme a lista de preços elaborada pelo Conselho de Educação, o Minas Gerais deveria cobrar pelo curso maternal, em agosto, NCz\$ 179,59, e em setembro, NCz\$ 232,28.

A Polícia Federal também abriu inquérito contra o presidente do Sinepe, Jaime Zweiter. Ele é acusado de desobediência ao artigo 19 da Lei de Imprensa, por incitar os donos de escolas a descumprirem a liminar da 3ª Vara da Justiça Federal. O artigo classifica como crime o uso da imprensa para incitar a prática de qualquer infração às leis penais.